



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA DA SILVA JERÔNIMO

**A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA
TRANSPARÊNCIA E DA CREDIBILIDADE DE ENTIDADES RELIGIOSAS**

Recife

2023

FERNANDA DA SILVA JERÔNIMO

**A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA
TRANSPARÊNCIA E DA CREDIBILIDADE DE ENTIDADES RELIGIOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Pereira de Andrade

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Jerônimo, Fernanda da Silva.

A auditoria interna como instrumento de fortalecimento da transparência e da credibilidade de entidades religiosas / Fernanda da Silva Jerônimo. - Recife, 2023.

43 p., tab.

Orientador(a): Álvaro Pereira de Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2023.

1. Entidade religiosa. 2. Auditoria interna. 3. Transparência. 4. Credibilidade. I. Andrade, Álvaro Pereira de. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDA DA SILVA JERÔNIMO

A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA CREDIBILIDADE DE ENTIDADES RELIGIOSAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em xx de xxxxx de 202X.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Pereira de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. José Nelson Barbosa Tenório
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Evaldo Santana de Souza
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gratidão é o sentimento que tenho para com DEUS, pois ELE foi essencial em todas as minhas conquistas e superações. DEUS é a minha inspiração, nELE está a minha fé. Quantos momentos pensei em desistir de tudo, mas até aqui o SENHOR me ajudou!

Aos meus pais e irmãos pelo amor incondicional, apoio e incentivo, por acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou. As palavras não podem expressar o quão grata sou a vocês.

Ao meu pastor Reginaldo Freitas pelas orações, por cuidar da minha fé, pelo apoio que me deu, por acreditar em mim e nunca desistir de me ajudar, pelos instantes de ânimo e confiança, pela atenção e pelo bem que me proporciona... A Doutora agradece de coração!

A Gleice por ser a minha amiga, minha irmã de alma e estar comigo também neste momento, incentivando e apoiando. Não temos o mesmo sangue, mas somos família.

Às minhas companheiras de turma, Sheila Lopes (Amadha) e Bruna Lopes. Obrigada por tornar essa trajetória mais leve e divertida. Obrigada pelos encontros, pelas conversas, pelas risadas... vocês tornaram esses anos únicos! E a Jéssica, que chegou nos últimos períodos e acabou formando o famoso “quarteto inseparável”.

Ao meu professor e orientador Álvaro Andrade, por me ajudar a desenvolver este trabalho, por sua paciência na orientação, atenção e dedicação. Foi uma honra ser sua aluna e orientanda. DEUS continue abençoando grandemente a sua vida.

A Olívia por toda a sua ajuda.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

A transparência e a credibilidade são pilares essenciais para qualquer organização, no entanto têm um significado ainda mais profundo quando se trata de instituições religiosas, que são depositárias da confiança de seus membros e da sociedade em geral. O presente trabalho examina o papel da auditoria interna como um instrumento importante para promover a transparência e a credibilidade em entidades religiosas. Tem como objetivo principal demonstrar como a realização periódica da auditoria interna traz maior transparência e credibilidade para essas entidades. Com o intuito de atingir o objetivo principal, foram realizadas pesquisas bibliográficas para obtenção do referencial teórico e, consequentemente, os conceitos teóricos que embasaram o estudo. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo com a realização de uma entrevista com o responsável legal, juntamente com a gestão financeira da entidade religiosa objeto de estudo, bem como um questionário aplicado aos membros da entidade. Através da análise dos dados obtidos, o estudo conclui que a utilização da auditoria interna é uma ferramenta importante no fortalecimento da transparência e da credibilidade das instituições religiosas, contribuindo para a manutenção da confiança e da integridade nas operações financeiras dessas organizações. Este estudo contribui ainda para a compreensão e melhoria das práticas de gestão financeira e da transparência fortalecendo a credibilidade em entidades religiosas, que desempenham um papel significativo nas comunidades e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Entidade religiosa; Auditoria Interna; Transparência; Credibilidade.

ABSTRACT

Transparency and credibility are essential pillars for any organization, however they have an even deeper meaning when it comes to religious institutions, which are repositories of the trust of their members and society in general. This work examines the role of internal auditing as an important instrument to promote transparency and credibility in religious entities. Its main objective is to demonstrate how periodically carrying out internal audits brings greater transparency and credibility to these entities. In order to achieve the main objective, bibliographical research was carried out to obtain the theoretical framework and, consequently, the theoretical concepts that supported the study. In addition, field research was carried out with an interview with the legal guardian, together with the financial management of the religious entity under study, as well as a questionnaire applied to the entity's members. Through analysis of the data obtained, the study concludes that the use of internal auditing is an important tool in strengthening the transparency and credibility of religious institutions, contributing to maintaining trust and integrity in the financial operations of these organizations. This study also contributes to the understanding and improvement of financial management practices and transparency, strengthening credibility in religious entities, which play a significant role in communities and society in general.

Key-words: Religious entity; Internal Audit; Transparency; Credibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Destinação dos recursos no cumprimento do objetivo principal.	28
Tabela 2 – Satisfação com a destinação dos recursos.	29
Tabela 3 – Método de prestação de contas.	29
Tabela 4 – Importância da prestação de contas na captação de recursos.	30
Tabela 5 – Mudança na prestação de contas.	31
Tabela 6 – Ausência de Transparência.	31
Tabela 7 – Fator que necessita evoluir na transparência financeira.	32
Tabela 8 – Emprego de recursos sem clareza e transparência.	32
Tabela 9 – Acesso aos membros da administração.	33
Tabela 10 – Objetivo da auditoria interna.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC TA	Norma Brasileira de Contabilidade Trabalhos de Asseguração

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 TERCEIRO SETOR	14
2.1.1 Entidades Religiosas	15
2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA	17
2.3 CONTROLE INTERNO	18
2.4 AUDITORIA	20
2.4.1 Classificação da Auditoria	21
2.4.1.1 Auditoria Externa	21
2.4.1.2 Auditoria Interna	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 TIPO DE PESQUISA	24
3.2 MÉTODO DA PESQUISA	24
3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	25
3.4 COLETA DE DADOS	25
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos que, embora tenham a espiritualidade como primordial, exercem grande influência na vida social e coletiva daqueles que delas participam, uma vez que atraem e reúnem um grande número de participantes e frequentadores. Elas desempenham um papel vital em nossas comunidades, despendendo recursos significativos para cumprir suas missões e objetivos.

Queiroz (2019) destaca que são entidades que estão tendo um crescimento expressivo ao longo dos anos, principalmente no tocante às Igrejas do segmento neo-pentecostal, e este aumento acaba despertando uma certa atenção ao seu funcionamento e, mais especificamente, à sua movimentação financeira. Com isso, a gestão adequada dos recursos, a prestação de contas e a transparência muitas vezes se tornam desafios, dada a natureza única dessas organizações.

Piccinini (2016, p. 294) afirma que “uma igreja não é detentora de seus próprios bens ou de seu dinheiro; ela administra bens e valores de terceiros para um bem comum”. Sendo assim, os recursos financeiros das Igrejas são provenientes, em sua grande maioria, da arrecadação dos dízimos e ofertas voluntárias, além de doações realizadas pelos fiéis, compreendendo, portanto, a sua receita, e são frequentemente utilizados para financiar atividades religiosas, caritativas e comunitárias.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Oliveira e Romão (2014) afirmam que, para que a Igreja seja reconhecida como uma instituição de fins não econômicos, a apresentação dos registros contábeis é de tamanha importância. Embora exerçam atividades sem fins lucrativos, as Igrejas estão sujeitas a aplicação da Interpretação Técnica Geral, a ITG 2002 das Normas Brasileiras de Contabilidade e, portanto, diferentemente do que muitos acreditam, devem manter suas demonstrações contábeis adequadas, em concordância com a legislação pertinente e em dia.

Atrelada a gestão contábil e financeira das Igrejas e sendo um aspecto fundamental para indivíduos, empresas e instituições de um modo geral, temos a credibilidade, que está relacionada a confiança e reputação que uma entidade possui em relação à sua capacidade de

cumprir suas obrigações financeiras e manter uma saúde financeira estável. É um elemento essencial para estabelecer relacionamentos sólidos, principalmente com relação às entidades sem fins lucrativos e seus doadores, voluntários, beneficiários e órgãos reguladores.

A credibilidade está, também, intrinsecamente ligada à transparência financeira das entidades religiosas, sendo elementos cruciais para as igrejas, uma vez que estão diretamente ligadas à confiança dos membros da comunidade e da sociedade em geral. Quando a transparência é deficiente ou a credibilidade é questionada, isso pode afetar negativamente a capacidade das entidades religiosas de cumprir sua missão e seus objetivos, bem como de atrair doações e recursos para financiar suas atividades.

Tavares e Azevedo (2022) mencionam que a transparência torna-se um instrumento pelo qual, através das demonstrações de movimentações financeiras, a entidade religiosa objetiva alcançar a confiabilidade dos indivíduos. A transparência nas demonstrações contábeis e financeiras exerce um papel fundamental no decorrer das atividades das organizações religiosas, tendo em vista que proporciona uma maior confiabilidade e credibilidade aos seus membros e a sociedade.

Desta forma, segundo Castro et al. (2014, p. 15), “uma das formas de essas entidades alcançarem a tão imprescindível transparência é por meio do uso da contabilidade para prestação de contas”. Diante disso, a prestação de contas destas entidades torna-se algo fundamental na gestão administrativa e financeira delas, uma vez que seus membros, como também a sociedade em geral, devem ter ciência da origem dos recursos, e como estão sendo utilizados na entidade religiosa.

E, para uma maior segurança com relação a esta prestação de contas, faz-se necessária a utilização da auditoria interna, como uma ferramenta importante na transparência e no comprometimento da entidade com os seus participantes e com a comunidade. São dois processos interligados que cumprem papéis cruciais na gestão financeira das Igrejas.

Assim, busca-se, neste trabalho, saber: **Como a realização da auditoria interna periódica dos relatórios financeiros de igrejas evangélicas poderia trazer maior transparência e credibilidade para essas entidades?**

1.2 JUSTIFICATIVA

Carvalho (2023) afirma que, no ano de 2019, que foi o último ano abrangido pelo levantamento, 6.356 templos foram abertos no Brasil, o que equivale a uma média de 17 novos templos abertos por dia, e que, em 1990, quando havia cerca de 17.033 templos evangélicos, o Brasil passou a contar com 109.560, um aumento de 543%. Isso mostra que, nos últimos anos, as igrejas evangélicas têm experimentado um crescimento notável, ganhando uma parcela significativa de fiéis.

Assim, o presente estudo tem como justificativa esse número expressivo de Igrejas Evangélicas que existem atualmente, as inúmeras críticas e desconfiças com relação a obtenção e utilização dos seus recursos financeiros e, principalmente, a suma importância das demonstrações financeiras dessas instituições e da prestação de contas como algo essencial na gestão financeira da instituição religiosa como forma de fortalecer a credibilidade de seus membros.

A presente pesquisa servirá como forma de contribuir com informações que possam auxiliar nas atividades das entidades religiosas, trazendo uma reflexão sobre os benefícios de uma boa gestão dos recursos financeiros, e de enriquecer, de modo construtivo, com um melhor conhecimento na área contábil. O tema é de grande relevância em um cenário onde a confiança dos fiéis e do público em geral é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade dessas organizações.

Para alcançar os resultados, a pesquisa foi realizada com base nas demonstrações contábeis e financeiras da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Vida e Paz localizada em Jaboatão dos Guararapes/PE, com base no funcionamento da sua gestão financeira durante o exercício do ano de 2020 e 2021.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar como o procedimento periódico de auditoria interna auxilia na transparência da entidade religiosa em estudo, causando um impacto positivo com relação à credibilidade da organização.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar a prática da transparência na entidade e os meios que são utilizados na sua prestação de contas.
- Avaliar a percepção dos membros e congregados da Igreja com relação ao seu processo de transparência e a sua credibilidade
- Avaliar a importância da contabilidade e da auditoria interna nas demonstrações contábeis da organização religiosa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

Segundo Slomski (2019), o terceiro setor faz parte do modelo trissetorial, que é um modelo que surge como uma alternativa à tradicional dualidade entre público e privado, que nas economias capitalistas avançadas costuma ser representada pela dicotomia Estado versus Mercado. O terceiro setor é um termo utilizado para se referir às organizações que não fazem parte do setor privado, que compreende as entidades com fins lucrativos, nem do setor público.

O modelo trissetorial é uma abordagem que visa superar essa visão binária, reconhecendo a existência de um terceiro setor, composto por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, que desempenham um papel relevante na sociedade. Ele busca enfatizar a coexistência e interdependência desses três setores, reconhecendo que cada um possui características únicas e contribui de forma complementar para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Na concepção de Slomski (2019, p.4), “o terceiro setor pode ser entendido como uma conjunção do primeiro com o segundo setor, pois as entidades que compõem o terceiro setor possuem características tanto do Estado quanto do mercado.” Essa fusão de elementos se manifesta nas organizações sem fins lucrativos que operam de forma independente do governo, mas também não buscam lucro como as demais empresas privadas.

As organizações do terceiro setor podem ter diferentes formas legais, tais como as entidades religiosas, os partidos políticos, os sindicatos, organizações não governamentais, as associações, as fundações, as instituições culturais, instituições da área da saúde e da educação. Essas entidades geralmente dependem de doações, voluntários e outras fontes de financiamento para realizarem suas atividades e projetos.

Oliveira e Romão (2014) afirmam que essas organizações precisam se empenhar para obter recursos e ter condições de cumprir os seus objetivos sociais. São entidades que possuem atribuições bem diferenciadas dos outros setores e buscam o bem social, ou seja, atuam na intenção de trazer benefícios às pessoas. E as entidades religiosas, em particular,

obtêm esses recursos mediante a contribuição voluntária dos seus membros, com seus dízimos e ofertas.

Piccinini (2016, p. 294) afirma que “[...] igrejas são custeadas pelos membros, por intermédio de doações, seja em forma de dízimo, seja como oferta.”. Por realizarem uma pluralidade de ritos religiosos, incluindo os cultos, aconselhamento espiritual, além de eventos comunitários e de apoio social, a utilização de recursos financeiros é vital para um melhor desempenho das atividades, crescimento e expansão da entidade, manutenção das suas instalações, e sustentação dos serviços religiosos.

2.1.1 Entidades Religiosas

Segundo Gonçalves (2011), é fato que o ser humano é um ser social, ou seja, que não vive isolado, e que para atender às suas necessidades e vontades, acaba agrupando-se e formando organizações que, por sua vez, precisam ser formalizadas, para adquirir personalidade própria, tornando-se em pessoas jurídicas, sujeitas a direitos e obrigações.

A pessoa jurídica, de acordo com Gonçalves (2011, p. 215), “consiste num conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para consecução de fins comuns.”. É neste contexto que encontramos as organizações religiosas, como pessoas jurídicas de direito privado, classificadas quanto à sua estrutura, pois apresentam algumas particularidades no que diz respeito à sua constituição.

O Código Civil Brasileiro não trouxe originalmente as organizações religiosas como pessoa jurídica de direito privado, estando estas relacionadas às associações. Contudo, com o advento da Lei nº 10.825/2003, as organizações religiosas bem como os partidos políticos são definidos como pessoas jurídicas de direito privado e incluídos no artigo 44 do referido Código.

As organizações religiosas, de acordo com Graziolli et al. (2015), são pessoas jurídicas formadas por um grupo de indivíduos que se unem para realização de atividades sem fins lucrativos, movidos pela religiosidade e pela profissão de fé, além de realizar atividades voltadas para a coletividade.

Elas estão enquadradas no Terceiro Setor e, conforme afirma Piccinini (2017) “uma vez que atuam no segmento que não possui finalidade lucrativa, mas compreendem a reunião

de pessoas para um fim comum, em prol de interesses coletivos, ainda que individualmente alcançados”. O seu objetivo primário, portanto, não é de gerar lucro financeiro, mas sim de cumprir uma missão religiosa, espiritual, educacional ou de caridade.

As demonstrações contábeis requeridas na contabilidade de templos religiosos são de suma importância, segundo Oliveira e Romão (2014), não apenas para demonstrar a proveniência dos recursos e como foram utilizados, mas também para legitimar legalmente as transações financeiras da instituição. O fato de exercerem atividades que não têm objetivo lucrativo ou econômico não as exime de suas responsabilidades no que se refere à contabilidade.

A Contabilidade é uma ciência social aplicada, segundo Iudícibus et.al (2010), utilizada para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar as diversas situações que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade, inclusive das entidades de finalidades não lucrativas.

Assim, segundo afirma Silva et al. (2017, p. 127):

Quando se trata de templos religiosos, existe norma contábil específica para as entidades sem fins lucrativos: a ITG 2002, orientando que tais entidades devem utilizar dos princípios de contabilidade, para a qual também se aplica a NBC TG 1000, que trata de contabilidade para pequenas e médias empresas, pois a mesma apresenta informações sobre como deve ocorrer o tratamento contábil para entidades dessa natureza.

A ITG 2002 é uma interpretação técnica contábil que fornece diretrizes detalhadas sobre como uma entidade sem finalidade de lucros deve avaliar ativos, passivos, receitas ou despesas em conformidade com as normas contábeis. O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas são as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas de acordo com a Interpretação.

Assim, conforme afirma Cavalcanti (2018, p. 16), “a contabilidade pode ser um instrumento poderoso na gestão financeira e na prestação de contas, sem contar com a sua importância aos credores, como por exemplo os bancos”. Ou seja, ela exerce um papel importante uma vez que fornece informações financeiras detalhadas e úteis, traz uma

avaliação do desempenho e da viabilidade financeira, oferece transparência nas operações financeiras de uma instituição.

2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

O termo inglês “accountability”, muito utilizado nos dias atuais, se refere à responsabilidade ou obrigação de prestar contas por ações, decisões e resultados. Em suma, envolve a obrigação de assumir a responsabilidade por aquilo que foi feito ou decidido, tanto em relação a resultados positivos ou negativos. É uma parte fundamental de uma organização saudável, pois ajuda a garantir a transparência, a integridade e a confiança nas relações e operações.

O CFC (2007, p. 78) dispõe que:

A prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

A prestação de contas está associada à responsabilidade que uma organização tem em explicar suas ações e decisões, envolvendo ser capaz de justificar as escolhas feitas e os resultados alcançados. Não está limitada apenas a prestar contas financeiras, mas também alcança a responsabilidade pelo cumprimento de metas, objetivos, políticas e padrões éticos.

Jorge (2020, p. 31) afirma que “a prática de accountability ganha espaço e mostra-se como um caminho para que os gestores das instituições do Terceiro Setor atribuam visibilidade às suas ações, demonstrando seu desempenho às partes interessadas, as quais integram o sistema econômico e social”. Logo, trata-se de uma abordagem essencial para construir confiança, transparência e credibilidade, permitindo que as organizações demonstrem seu impacto social, responsabilidade e compromisso com suas missões.

A transparência diz respeito à divulgação clara, acessível e aberta de informações relevantes sobre as atividades, operações, decisões e políticas de uma organização, incluindo

o fornecimento de informações sobre finanças, estrutura organizacional, objetivos, estratégias, e qualquer outra informação que seja relevante para partes interessadas internas e externas. Ela ajuda a construir confiança e permite que as partes interessadas compreendam como a entidade opera e toma decisões.

Florêncio, Mota e Silva (2018, p.5) afirma que “a transparência das entidades vai muito além de só publicar as informações, para ser caracterizada como uma instituição transparente, a mesma deve publicar informações de relevância e de qualidade”. Ou seja, através da transparência serão disponibilizadas informações que realmente importam para os stakeholders, como cidadãos, clientes, acionistas, implicando em identificar quais informações são cruciais para a compreensão das atividades e impactos da entidade.

A prestação de contas e a transparência são preceitos imprescindíveis que promovem a responsabilidade, integridade e confiança em organizações, governos, empresas e qualquer entidade que tenha relação com o público, acionistas, parceiros, cidadãos em geral. São conceitos fundamentais que visam garantir a legitimidade das ações e decisões tomadas, bem como evitar a má administração.

2.3 CONTROLE INTERNO

O controle interno refere-se a um conjunto de medidas, práticas e procedimentos implementados dentro de uma organização ou entidade para garantir que suas operações sejam executadas de maneira eficiente, eficaz e de acordo com as políticas, regulamentos e padrões estabelecidos. Tem como objetivo principal proteger os ativos da organização, prevenir fraudes, garantir a precisão das informações financeiras e promover a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Conforme afirma Costa (2022), “controles internos são os elementos físicos, políticas e práticas que uma empresa implementa para proteger a integridade de seus ativos e informações financeiras e contábeis, promover a responsabilidade e prevenir fraudes”. As organizações normalmente buscam implementar e manter um sistema de controle interno robusto para garantir a transparência, a responsabilidade e a conformidade em suas operações diárias.

O controle interno é uma parte essencial da governança corporativa e é fundamental para estabelecer a confiança dos investidores, acionistas, clientes e outras partes interessadas em relação à gestão e às operações de uma organização. Ele abrange diversos aspectos da entidade, incluindo o controle de acesso às informações e sistemas, a segregação de funções, o monitoramento e reconciliação de atividades financeiras, políticas de compras e gastos, gestão de riscos e auditorias internas.

Segundo Teixeira et al. (2020, p. 17), “as entidades religiosas precisam ter um controle interno eficaz, facilitando ações dos profissionais contábeis no que se refere às demonstrações contábeis exigidas pelos órgãos competentes”. Sendo eficaz, o controle interno é um instrumento crucial para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e contábeis da entidade.

Ou seja, em se tratando do ambiente eclesiástico, o controle interno possui uma relevância substancial com relação à transparência financeira, uma vez que ajuda a garantir que os recursos obtidos sejam manuseados de forma transparente, evitando o uso inadequado ou desvios, a prevenção de fraudes já que auxiliam na detecção e prevenção de atividades fraudulentas, assegurando que os recursos sejam usados de maneira apropriada.

Além disso, um sistema de controle interno robusto ajuda a proteger a integridade da organização e a manter a confiança dos membros e da comunidade em geral, considerando que as entidades religiosas não estão isentas de problemas como fraudes e escândalos, podendo prejudicar seriamente sua reputação.

Para implementar um controle interno eficaz em uma entidade religiosa, é recomendável estabelecer políticas claras de gestão financeira e operacional, separar as responsabilidades para evitar concentração de poder, realizar auditorias internas periódicas para identificar possíveis irregularidades, manter registros financeiros detalhados e transparentes, promover a transparência e a prestação de contas perante os membros da congregação.

Como aponta Souza (2019), o controle interno é o ponto de partida para o auditor, em seu processo de auditoria, onde ele avalia e determina a quantidade de exames a serem realizados, servindo assim como instrumento que oferece orientações sobre as áreas que poderão ser aprimoradas. Ainda segundo o autor, quando o sistema de controle interno é eficaz, pode acarretar na simplificação e diminuição da carga de trabalho do auditor.

2.4 AUDITORIA

De acordo com Crepaldi (2016, p,28), “pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.” Em linhas gerais, a auditoria é um procedimento estruturado e imparcial que envolve a avaliação minuciosa de informações, registros, transações, operações e atividades de uma organização.

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a auditoria é uma trabalho de asseguração, ou seja, é um trabalho que objetiva buscar provas adequadas e suficientes para formular sua conclusão, com o intuito de reforçar a confiança dos usuários em relação aos resultados da avaliação do objeto em questão. Esse resultado é decorrente da aplicação do critério ao objeto, como por exemplo, o processo de controle interno e as demonstrações contábeis.

Molina e Braz (2021) afirmam que, através da auditoria, é realizada uma análise das atividades realizadas por uma entidade, tendo como finalidade verificar se estas estão sendo desempenhadas segundo as normas estabelecidas tanto pela organização quanto pelas regras e as leis estabelecidas, potencializando o grau de confiabilidade por parte dos usuários. Seu objetivo é verificar se esses elementos estão em conformidade com os requisitos legais, regulatórios, contábeis e internos relevantes, avaliando a eficiência e eficácia das atividades, bem como se os recursos estão sendo utilizados de forma econômica.

A auditoria realiza exames para avaliar a precisão, integridade e conformidade das informações financeiras e operacionais de uma organização, fornecendo uma opinião imparcial e objetiva sobre a adequação das informações financeiras e operacionais de uma entidade, bem como sobre a eficácia dos controles internos implementados para mitigar riscos e garantir a conformidade.

Franco e Marra (2007) descrevem a auditoria como um exame de verificação das demonstrações financeiras, do sistema financeiro, bem como dos registros, transações e operações das empresas, sendo realizada pelo contador, na intenção de avaliar e demonstrar a fidelidade e a credibilidade dos dados apresentados.

Segundo Leite, Melo e Silva (2014), a auditoria se originou devido à necessidade de verificar a precisão e veracidade das informações registradas nas contas das organizações. Através da auditoria é possível detectar lacunas no sistema de controle interno e no sistema

financeiro, além de oferecer sugestões para aprimorá-los. Ademais, o procedimento contribui para a detecção de fraudes, erros e irregularidades, promovendo a confiança e a credibilidade nas informações divulgadas pelas organizações.

A prestação de contas das entidades religiosas é importante tanto para os órgãos e autoridades, quanto para os próprios membros que participam da Igreja, como para a sociedade. Está intrinsecamente relacionada à transparência, sendo esta uma base sobre a qual a prestação de contas é construída. E para trazer mais segurança e veracidade às informações financeiras da entidade, a auditoria surge como uma importante ferramenta na sua gestão financeira.

Segundo Santos, Bastos e Bartoluzzio (2017, p.6), “a auditoria possibilita maior segurança e confiança nos relatórios e demonstrações de determinado período aos futuros investidores e demais usuários interessados.”. Lutif (2011) acrescenta que ela vai aparecer como algo necessário na organização para obter informação pertinente e poder tomar decisões inteligentes relacionadas à gestão social, medindo o impacto da entidade na sociedade.

Piccinini (2016) afirma que, por ser um instrumento de grande valia, algumas entidades religiosas, no momento de elaboração de seus atos constitutivos, incluem a realização de exames de auditoria interna, e até mesmo por auditores externos, de todo o fluxo financeiro da Igreja.

2.4.1 Classificação da Auditoria

As auditorias podem ser classificadas de várias maneiras, dependendo dos critérios utilizados. Contudo, quanto ao seu escopo, a auditoria pode ser classificada em auditoria externa e auditoria interna.

2.4.1.1 Auditoria Externa

Segundo Bilinovski (2020), a auditoria externa é realizada por um profissional independente, através de um contrato, e não faz parte da estrutura interna da empresa. É

aquela conduzida por uma empresa de auditoria independente que não faz parte da organização, geralmente com o objetivo de verificar as demonstrações financeiras.

2.4.1.2 Auditoria Interna

É aquela realizada por uma equipe interna dentro da organização para avaliar e melhorar os controles internos, processos e operações.

Amarante, Bocardi e Fagundes (2022) afirmam que a auditoria interna é conduzida por especialistas que possuem conhecimento nesse campo, consistindo em integrantes da equipe da própria entidade, com a finalidade de auxiliar a organização a atingir suas metas, realizada através da análise do sistema da organização, dos relatórios e das informações produzidas pelos funcionários, com base nas práticas de controle interno implementadas.

De acordo com Modro et al. (2020), uma das ferramentas que auxiliam a auditoria interna é o controle interno, que refere-se às políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização garantindo a eficácia operacional, o qual produz informações confiáveis que apoiam os gestores na administração e organização das atividades da empresa. Essas informações visam identificar necessidades e falhas, com o objetivo de corrigi-las e preveni-las.

Costa (2016, p. 6) afirma que “a auditoria interna dá suporte à gestão da organização com o propósito de verificar se as atividades desenvolvidas estão sendo executadas com eficiência e eficácia para a continuidade da mesma.” Isto significa que a auditoria interna tem o papel de oferecer suporte à gestão da organização, fornecendo informações e análises que permitem verificar se as atividades realizadas dentro da empresa garantindo a execução das atividades de maneira eficiente e eficaz.

O objetivo é assegurar o uso otimizado dos recursos e o alcance adequado dos objetivos organizacionais. Logo, ao verificar a eficiência e eficácia das operações, a auditoria interna contribui para a continuidade e sucesso da organização, ao identificar áreas de melhoria e possibilitar a tomada de decisões mais informadas e estratégicas.

Segundo Forster (2006, p.17), “os procedimentos de auditoria são um conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas [...]”. Assim, a auditoria

interna é algo relevante e desempenha um papel crucial na promoção da transparência, uma vez que visa avaliar e melhorar os processos de controle interno da entidade.

Além disso, o processo de auditoria interna acaba influenciando contadores ou não contadores trazendo maior credibilidade, uma vez que, de acordo com Santos (2022, p. 30) “permite a identificação de transações realizadas pela organização, que estejam em consonância com as políticas determinadas pela administração.” como é o caso das entidades religiosas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho trará uma abordagem qualitativa, uma vez que a análise que será executada busca demonstrar a utilização do processo de auditoria interna nas demonstrações contábeis e financeiras, demonstrando a importância deste processo na prestação de contas que acontece em uma igreja evangélica.

A abordagem qualitativa, conforme descreve Prodanov e Freitas (2013), tem o ambiente como fonte direta dos dados, e nela o pesquisador necessita de um trabalho mais intensivo de campo, uma vez que mantém uma relação direta com o ambiente e o objeto de estudo.

Também apresentará uma abordagem quantitativa, porém de modo menos predominante, na qual será realizado uma avaliação sobre a importância da prestação de contas e da transparência na entidade religiosa por parte dos membros e congregados, dado que a pesquisa de caráter qualitativo, segundo Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 110) “[...] pode até lançar mão de dados quantitativos incorporados em suas análises, mas o que vai preponderar sempre é o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado [...]”.

3.2 MÉTODO DA PESQUISA

Além disso, quanto ao enfoque de seus objetivos, a pesquisa teve um caráter descritivo, no qual foi realizada uma pesquisa de campo que, de acordo com Silva (2017, p. 151) “consiste na coleta direta e informação no local em que acontecem os fenômenos [...]”, seguido de um estudo de caso que, conforme Gil (2002), é um tipo de pesquisa muito utilizada nas ciências sociais, onde se realiza um estudo de um ou poucos objetos, de maneira exaustiva e profunda, e será realizado em uma igreja do segmento evangélico.

Esta pesquisa utilizou uma abordagem de estudo de caso, que permite uma investigação aprofundada de um fenômeno em seu contexto real, e teve como objeto de estudo a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Vida e Paz, que fica localizada em

Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, que é composta por uma igreja-sede (ou matriz) e duas congregações (ou filiais), sendo autônoma administrativa e financeiramente. Será levado em consideração o exercício financeiro do ano de 2020 e 2021 da entidade religiosa acima descrita.

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho limitou-se a discutir a relação da auditoria interna com a transparência e a credibilidade no contexto de uma única igreja evangélica, devido ao fato da dificuldade em obter dados de outras entidades religiosas. Além disso, as conclusões obtidas na pesquisa não poderão ser generalizadas para outras organizações, mesmo que sejam de outras entidades religiosas.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados aconteceu no dia em que foi realizado o culto de administrativo da Igreja, estando presente um grande número de membros e congregados. Foram utilizados como instrumentos da pesquisa propostas entrevistas realizadas com o responsável legal (pastor presidente) e com a direção da tesouraria da Igreja em estudo, bem como com a Contadora que realiza os registros contábeis da entidade, acerca da utilização e importância da auditoria interna para a organização religiosa em estudo e como é feita a prestação de contas com seus membros e congregados.

Foram aplicados questionários aos membros e congregados da entidade, tendo como base de elaboração o referencial teórico, avaliando a percepção destes em relação a transparência da entidade religiosa e a sua credibilidade com relação aos seus dados contábeis e financeiros. Os critérios a serem abordados foram: a influência da transparência e da prestação de contas da Igreja nas contribuições feitas por eles, a utilização dos recursos captados e a importância da auditoria interna no que diz respeito ao melhor desempenho das atividades da entidade.

Foram elaboradas perguntas fechadas, com alternativas de resposta escalonada onde o avaliado deve selecionar o nível que melhor descreve a sua resposta, demonstrando o grau de

satisfação com a entidade, tendo 05 (cinco) opções de escolha para cada questionamento, variando entre: discordo totalmente, discordo parcialmente, neutro, concordo parcialmente, concordo totalmente. Para analisar os dados obtidos e verificar o grau de satisfação dos membros e congregados, foram utilizados métodos estatísticos.

Além disso, foram utilizadas como dados as demonstrações financeiras e contábeis do exercício financeiro de 2020 e 2021, bem como as auditorias realizadas neste período, onde foi realizada uma análise qualitativa, verificando se a entidade religiosa em estudo está adequada ao que determina a legislação pertinente e o conteúdo das informações prestadas.

E, no desenvolvimento do estudo, foi necessário um levantamento bibliográfico, uma vez que será importante na busca de informações, na tentativa de resolver um problema ou para adquirir conhecimentos a partir das informações obtidas.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Vida e Paz é uma entidade religiosa, de direito privado, sendo a sua atividade principal centrada na prática e na promoção da sua fé e crenças religiosas, bem como em atividades de caridade e assistência social, como distribuição de alimentos e programas de ajuda a comunidades carentes. A entidade religiosa possui sede, localizada em Jaboatão dos Guararapes/PE, e duas filiais (ou congregações), sendo uma em Vila Sotave e outra em Gaibu.

É importante destacar que, em 18 de novembro de 2016, teve início uma nova gestão com relação a administração da Igreja, após a renúncia do seu antigo pastor responsável. Nesta ocasião, houve uma alteração no estatuto da entidade religiosa em estudo e desta feita, foi instituído o Conselho Fiscal da entidade.

A captação dos recursos financeiros é feita predominantemente através dos dízimos e ofertas dos membros e frequentadores, até mesmo de terceiros interessados, tanto na sede quanto nas duas filiais. De acordo com o estatuto da entidade, os contribuintes são aqueles que se propõem a colaborar com a manutenção das atividades adotadas pela igreja.

Estes recursos são recolhidos nos dias em que há realização de culto, de maneira voluntária, e em seguida, contados e registrados em um talão numerado, no qual são anotados os valores dos dízimos e ofertas arrecadados. Além disso, no mesmo talão são inscritos os nomes dos dizimistas com o valor do seu respectivo dízimo, sendo este procedimento utilizado também quando algum contribuinte realiza doação em espécie.

O preenchimento do talão é realizado pelos tesoureiros da entidade religiosa na presença dos obreiros que realizam o recolhimento e a conferência dos valores arrecadados e, em seguida, assinado pelo pastor presidente (na sede) e pelos pastores responsáveis pelas congregações. Esses registros são transportados para um sistema financeiro que faz a contabilização das receitas e despesas da entidade religiosa no mês correspondente.

Ao final de cada mês, todo movimento contábil, financeiro e patrimonial da igreja será submetido ao exame do Conselho Fiscal, que é o órgão responsável pela auditoria interna da entidade, composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, escolhidos e eleitos anualmente em reunião com a diretoria e obreiros, dentre os membros da igreja, ou poderão ser reeleitos, a critério destes. Pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir formação técnica.

O Conselho Fiscal planeja a auditoria, definindo os objetivos e os critérios de avaliação, o que envolve entender os processos financeiros, riscos associados e identificar áreas críticas para revisão. Em seguida, coletam evidências relevantes, como documentos, registros contábeis, transações financeiras, que servem como base para avaliar a conformidade e a precisão.

Ele avalia os controles internos financeiros existentes na igreja, que garantem a precisão e a integridade das informações financeiras, realizando testes para verificar se estes estão operando conforme o planejado e se as transações estão sendo executadas segundo as regras estabelecidas. Além disso, o Conselho Fiscal identifica riscos, lacunas de controle ou problemas potenciais nas operações financeiras durante a revisão.

Após a realização do exame, o Conselho Fiscal emitirá um relatório circunstanciado com as conclusões obtidas durante o procedimento. O balanço financeiro e contábil, mensal e anual da igreja somente será submetido à apreciação dos membros e frequentadores da entidade após a verificação e aprovação do relatório e do parecer pela diretoria e corpo de obreiros da igreja.

Com o intuito de alcançar os objetivos específicos da pesquisa, os questionamentos realizados foram delimitados ao tema e foram feitos tanto aos membros e congregados, no total de 112 (cento e doze) participantes, quanto ao pastor da entidade religiosa juntamente com os responsáveis pela tesouraria da igreja e a contadora. Realizando essa análise, é factível avaliar a percepção dos membros e congregados no que diz respeito à transparência.

Tabela 1– Destinação dos recursos no cumprimento do objetivo principal.

Quesito 1. A Igreja destina os recursos captados (ofertas, doações, dízimos) adequadamente para cumprir o objetivo principal da instituição.						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	79	16	11	0	6	
Percentual	70,54%	14,29%	9,82%	0,00%	5,36%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

A princípio, o primeiro questionamento foi acerca da destinação dos recursos captados pela igreja, e se esta cumpre de forma adequada o objetivo principal da instituição. Percebe-se a importância de uma boa gestão financeira, ética e responsável, uma vez que, segundo a

avaliação dos membros e congregados, os recursos captados são destinados de maneira adequada no que concerne ao cumprimento do objetivo principal da instituição, demonstrando a confiança dos contribuintes.

Tabela 2 – Satisfação com a destinação dos recursos.

Quesito 2. Você está satisfeito com a destinação dos recursos obtidos pela minha Igreja?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	91	11	6	0	4	
Percentual	81,25%	9,82%	5,36%	0,00%	3,57%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Em seguida, foi avaliado o grau de satisfação com a destinação destes recursos por parte dos fiéis da igreja, pois este é um aspecto importante para os fiéis da congregação e a comunidade em geral. A maioria dos fiéis demonstra satisfação, já que estes estão percebendo que suas contribuições estão provocando um impacto positivo e real. O resultado, portanto, colabora com a percepção dos membros e congregados no que diz respeito à transparência da entidade religiosa.

Ananias et al. (2020) afirmam que a transparência das informações com relação a captação e destinação dos recursos desempenha um papel fundamental nas organizações, propiciando segurança, uma vez que pode inspirar maior confiança dos interessados que desejam contribuir financeiramente.

Tabela 3 – Método de prestação de contas.

Quesito 3. O método adotado na minha igreja para prestar contas é de conhecimento de todos que a frequentam?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	91	0	16	0	5	
Percentual	81,25%	0,00%	14,29%	0,00%	4,46%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Na tabela 3, foram realizados questionamentos com relação a prestação de contas da igreja e foi possível verificar que, a forma como a igreja lida com suas finanças é conhecida e acessível aos fiéis, construindo, assim, confiança e promovendo uma gestão financeira responsável e ética.

O pastor responsável complementou dizendo que os fiéis não costumam solicitar informações financeiras frequentemente, contudo caso algum fiel, em especial aqueles que são dizimistas, queiram obter maiores informações sobre a aplicação dos recursos arrecadados pela entidade, eles têm a liberdade de dirigirem-se ao setor de gestão financeira da entidade para maiores esclarecimentos.

A contadora, por sua vez, relatou que a entidade religiosa envia os relatórios financeiros do mês numa data acordada entre os responsáveis e esses dados são utilizados para a devida prestação de contas aos órgãos governamentais, sendo elas a Declaração de Débitos e Créditos Tributário Federal (DCTF) e a Escrituração Fiscal (ECF) que é feita anualmente junto à Receita Federal. E que, na atual gestão da Igreja, os fiéis têm pleno conhecimento destas atividades.

Tabela 4 – Importância da prestação de contas na captação de recursos.

Quesito 4. A prestação de contas das finanças da igreja é importante para que esta possa captar recursos que mantenham a sua atividade?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	101	4	7	0	0	
Percentual	90,18%	3,57%	6,25%	0,00%	0,00%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Com relação a tabela 4, fica evidente a importância que a prestação de contas exerce para a captação de recursos e, conseqüentemente, a sustentabilidade financeira da igreja. A maioria dos fiéis concordam que a prestação de contas é algo fundamental, uma vez que são aspectos cruciais para a entidade, já que esta depende de financiamento externo para manutenção e cumprimento de seus objetivos.

Corroborando com a posição dos membros e congregados, o pastor responsável afirma que a prestação de contas é importante para a gestão da igreja e que a transparência é o fator que mais motiva esta prestação, sendo este fator necessário para a sustentabilidade da igreja.

Tabela 5 – Mudança na prestação de contas.

Quesito 5. Julga necessária uma mudança no método de prestação de contas adotado pela igreja?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	4	3	21	0	84	
Percentual	3,57%	2,68%	18,75%	0,00%	75,00%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Na tabela 5, os fiéis demonstram satisfação quanto ao método utilizado já que a maioria afirma que não é necessária a mudança no método de prestação de contas. Isso demonstra que os fiéis sentem-se confortáveis com a transparência e a clareza do processo de prestação de contas, sendo um método eficaz e que atende às suas expectativas.

A igreja realiza a prestação de contas mensalmente, em um culto denominado Culto Administrativo, onde são descritas as receitas e despesas que ocorreram no mês de apuração. Contudo, essa prestação só acontece após a verificação realizada pelo Conselho Fiscal e a sua devida aprovação pela diretoria da Igreja.

Tabela 6 – Ausência de Transparência.

Quesito 6. Se a Igreja atuasse sem transparência haveria uma má gestão de recursos e muitas pessoas deixariam de contribuir.						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	73	0	11	6	22	
Percentual	65,18%	0,00%	9,82%	5,36%	19,64%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Questionados sobre a hipótese de falta de transparência na entidade, é perceptível que, para a maioria dos fiéis, a transparência é essencial para construir confiança, manter a credibilidade e garantir um gestão financeira responsável, uma vez que isto pode afetar negativamente a relação da entidade religiosa com seus membros, reduzindo a captação de recursos.

Tabela 7 – Fator que necessita evoluir na transparência financeira.

Quesito 7. Existe algum fator que necessita evoluir na transparência financeira da igreja?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	0	16	16	0	80	
Percentual	0,00%	14,29%	14,29%	0,00%	71,43%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Embora sempre há espaço para melhorias no que se refere à transparência financeira, podendo ser aprimorada de diversas maneiras, os fiéis da entidade religiosa demonstram satisfação com relação à transparência financeira da igreja. É importante salientar que a transparência não apenas fortalece a confiança dos membros e congregados, como também ajuda a manter a integridade da entidade religiosa, garantindo o uso eficaz dos recursos captados.

Quanto aos que concordaram parcialmente, o fator que precisaria evoluir na transparência financeira estaria relacionado à prestação de contas, com uma divulgação mais detalhada sobre as informações financeiras da Igreja.

Tabela 8 – Emprego de recursos sem clareza e transparência.

Quesito 8. Deixaria de contribuir caso a igreja não empregasse seus recursos com clareza e transparência?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade de Fiéis	43	6	6	3	54	
Percentual	38,39%	5,36%	5,36%	2,68%	48,21%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Uma particularidade significativa sobre este questionamento é que a maioria dos fiéis responderam ao quesito de acordo com a prática de sua fé, no que concerne à contribuição realizada na entidade, não levando em consideração as questões de gestão dos recursos obtidos. Ou seja, eles continuariam realizando as contribuições mesmo que a igreja não empregasse os recursos de forma clara e transparente movidos por uma questão de fé.

No entanto, uma quantidade significativa de fiéis afirmou que deixaria de contribuir se a igreja não fosse transparente e clara sobre o uso de seus recursos. A falta de clareza e transparência acarretaria na falta de confiança e na insegurança financeira, afetando diretamente a credibilidade dos fiéis com a instituição religiosa, uma vez que espera-se que a gestão dos recursos seja feita de maneira clara, honesta e transparente.

Tabela 9 – Acesso aos membros da administração.

Quesito 9. Conheço e tenho acesso aos membros da administração da igreja.						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade	91	5	16	0	0	
Percentual	81,25%	4,46%	14,29%	0,00%	0,00%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Pode-se verificar que os líderes da igreja e aqueles que ocupam cargos administrativos são conhecidos e acessíveis pelos fiéis da igreja. Isto acaba por promover a transparência, a confiança e a relação entre os membros da entidade religiosa. Os membros e congregados da igreja são mais propensos a se envolverem ativamente na vida da igreja, quando os líderes da igreja são acessíveis e conhecidos.

A maioria dos fiéis que afirmaram ter conhecimento e acesso aos membros da administração da igreja responderam positivamente às questões anteriores que dizem respeito a captação e destinação de recursos, prestação de contas e transparência, demonstrando assim um certo grau de confiabilidade dos fiéis em relação a estes membros. Com relação aos que se posicionaram de forma neutra, grande parte demonstrou uma concordância parcial com relação às respostas dos questionamentos mencionados anteriormente.

Tabela 10 – Objetivo da auditoria interna.

Quesito 10. Você acha que a auditoria interna tem o objetivo de melhorar o desenvolvimento das atividades dentro da igreja?						
Concorda Totalmente	CT	CP	N	DP	DT	Discordo Totalmente
Quantidade	80	22	10	0	0	
Percentual	71,43%	19,64%	8,93%	0,00%	0,00%	

CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; N- Neutro; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Questionados sobre a importância da auditoria interna no desenvolvimento das atividades dentro da igreja, a maioria dos fiéis concorda que a auditoria interna pode desempenhar um papel importante na melhoria do desenvolvimento das atividades dentro da igreja, mantendo a sua integridade, transparência e responsabilidade.

O pastor responsável da igreja corrobora com a opinião dos fiéis e reforça que, também seria importante não apenas a utilização da auditoria interna, mas também da auditoria independente, ou externa, para ter um maior grau de confiabilidade na gestão financeira da entidade.

A entidade religiosa, segundo o seu responsável, já sofreu caso de má gestão que acarretou no desvio de recursos devido à falta de prestação de contas e transparência. Graças a este episódio, foi que a entidade, aproveitando a reforma que teve que ser realizada no seu ato constitutivo, instituiu a figura do Conselho Fiscal, órgão responsável pela auditoria interna da entidade, com o objetivo de examinar as demonstrações financeiras e contábeis da entidade.

De acordo com o pastor responsável e a tesoureira, a auditoria interna trouxe benefícios a entidade religiosa, sendo o primeiro deles a melhor transparência com relação às informações financeiras e contábeis da entidade bem como uma melhor gestão. Além disso, a utilização deste instrumento, segundo os questionados, traz como benefício a diminuição da prática de erros e fraudes, que no caso da entidade em estudo, não houve mais ocorrência desde que foi implantada a auditoria interna, através do Conselho Fiscal.

Além disso, o pastor enfatizou que toda entidade religiosa, em especial as Igrejas Evangélicas, deveriam ter um órgão responsável pela auditoria interna, pois considera como um instrumento essencial no processo de transparência das entidades religiosas, tendo como objetivo verificar se as demonstrações contábeis e financeiras estão refletindo a realidade, e garantindo a confiabilidade, uma vez que é um mecanismo importante na prevenção de erros e fraudes.

Analisando os relatórios emitidos pela igreja com relação a auditoria realizada nos demonstrativos financeiros correspondente aos anos de 2020 e 2021, os resultados obtidos foram satisfatórios, promovendo mais transparência, maior credibilidade com relação a gestão financeira da entidade, uma vez que já houve um registro de fraude e desvio de recursos na gestão anterior.

Basso (2023) destaca que, em consonância com os controles internos, uma das finalidades centrais da auditoria é estabelecer mecanismos e procedimentos destinados a

reduzir ou evitar a ocorrência de fraudes, irregularidades ou equívocos que acarretem em danos financeiros à organização.

Com relação aos fiéis, essa mudança positiva fica evidente uma vez que a maioria, ao responder este último quesito, enfatizava a melhoria notória com relação a credibilidade e transparência na gestão financeira atual da igreja.

Questionados sobre a importância que a contabilidade tem na prestação de contas e na transparência da gestão financeira da igreja, os fiéis afirmaram que a contabilidade exerce um papel importante porque é através dela que uma organização consegue gerir seus recursos de forma responsável e transparente. Ainda segundo o responsável legal da entidade, toda entidade religiosa deveria manter registrados os seus fatos contábeis e considerou a contabilidade como algo fundamental no tocante a gestão financeira e administrativa.

Ele afirmou que a igreja possui suporte contábil realizado pela contadora da entidade, que realiza as escriturações contábeis necessárias. Além disso, a contadora conta com o suporte da tesoureira que realiza o envio das informações e documentações que são utilizadas na contabilidade.

Teixeira et al. (2020) destaca que “para as entidades como do setor religioso, a contabilidade se torna ainda mais necessária na prestação de contas, pois os doadores de recursos, no caso seus membros, precisam analisar com clareza onde esses recursos estão sendo utilizados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal demonstrar como a realização periódica da auditoria interna auxilia na transparência da entidade religiosa em estudo, desempenhando um papel fundamental, e causando um impacto positivo com relação à credibilidade da organização, sendo um processo que visa avaliar e garantir que os controles financeiros, procedimentos e práticas estejam em conformidade com as políticas e regulamentos estabelecidos.

A presente pesquisa procurou investigar como a realização periódica da auditoria interna dos relatórios financeiros poderia trazer maior transparência e credibilidade para as igrejas evangélicas, e os resultados alcançados no decorrer deste trabalho indicam, de modo evidente, que o procedimento exerce um papel essencial causando um impacto positivo em relação aos aspectos críticos apresentados.

A auditoria interna realizada periodicamente fornece uma avaliação objetiva fundamentada nos processos internos, controle e conformidade da instituição. Através do exame e da avaliação do controle interno, dos relatórios financeiros e dos demonstrativos contábeis, ela proporciona maior clareza, ao garantir que toda movimentação financeira esteja adequada, registrada e seja acompanhada, promovendo um aumento na transparência, que é algo fundamental na compreensão das finanças das entidades religiosas, como observado na igreja em estudo.

Ademais, a credibilidade é significativamente fortalecida, uma vez que os resultados confiáveis e a garantia de conformidade das regras estabelecidas acabam contribuindo para a construção de um relacionamento sólido, proporcionando maior confiabilidade e segurança financeira. Assim, ficou evidente que a auditoria interna realizada de forma recorrente promove uma maior transparência e, conseqüentemente, uma maior credibilidade nas igrejas evangélicas, beneficiando a própria entidade religiosa e fortalecendo a confiança em relação aos fiéis.

Realizando essa auditoria interna de forma regular e sistemática, foi possível observar que a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Vida e Paz demonstra o seu compromisso com a integridade e a transparência em suas operações financeiras. Além disso, foi possível constatar que a entidade religiosa demonstra transparência por meio de prestação de contas que é feita através da divulgação regular dos relatórios financeiros.

Através do questionário aplicado aos membros e congregados da Igreja para avaliação da percepção destes com relação ao processo de transparência e ao pastor responsável juntamente com os integrantes da gestão financeira da instituição religiosa foi possível inferir que tanto os fiéis quanto o pastor responsável veem como fundamental a prestação de contas e a transparência da gestão financeira da entidade, sendo algo vital para a sua sustentabilidade.

Alinhado a esta conclusão, é perceptível que a contabilidade exerce um papel crucial na manutenção dos registros financeiros precisos e na preparação dos demonstrativos contábeis, uma vez que a auditoria interna vai assegurar que sejam confiáveis e livres de irregularidades. Isso é fundamental para garantir a credibilidade da organização, permitindo que os fiéis tenham confiança de que seus recursos estão sendo geridos de forma ética e responsável.

Destarte, a combinação de auditoria interna periódica, práticas transparentes, uma sólida contabilidade e a avaliação da percepção dos fiéis exercem um papel indispensável na construção da credibilidade da entidade religiosa, demonstrando não apenas o compromisso com a integridade financeira, mas também fortalecendo os laços de confiança entre a Igreja e seus frequentadores, promovendo uma imagem positiva e sustentável.

Que esta pesquisa inspire futuros estudos e promova uma discussão contínua sobre como entidades religiosas, do segmento evangélico ou demais religiões, podem fortalecer sua transparência e credibilidade, enquanto continuam a servir suas comunidades e cumprir sua missão espiritual.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Letícia Monteiro; BOCARDI, Clébia Ciupak; FAGUNDES, Jair Antônio. A importância da auditoria interna e dos controles internos em uma organização. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 612-631, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rcg/article/view/16701>. Acesso em 23 de set. 2023.

ANANIAS, Jacqueline et al. Prestação de contas e captação de recursos: Estudo em entidades do terceiro setor do estado do Paraná. In: XVII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 17, 2020, São Paulo. **Anais**. Universidade de São Paulo – USP, 2020. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2782.pdf>. Acesso em 28 de jul. 2023.

BASSO, Renato Resende. **Auditoria interna como ferramenta de gestão empresarial: Uma revisão conceitual**. 2023. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38126>. Acesso em 28 de jul. 2023.

BILINOVSKI, Luciana. **A importância da auditoria interna aplicada ao terceiro setor**. 2020. 31 f. Monografia. (Especialização em MBA Auditoria Integral) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/73043>. Acesso em 28 de jul. 2023.

BLUSSLER, Cintia Tais Klamt et al. Percepção dos auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito. **Contabilidad y Negocios**, v. 12, n. 23, p. 62-77, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18800/contabilidad.201701.005>. Acesso em 07 de jul. 2023.

CARVALHO, Rone. **O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo#:~:text=De%202017.033%20templos%20evang%C3%A9licos%2C%20em,m%C3%A9dia%20de%202017%20por%20dia>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

CASTRO, Vanessa Rodrigues de et al. Instrumentos Contábeis e Gerenciais nas Pesquisas Relacionadas a Organizações do Terceiro Setor. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 14, 2014, São Paulo. **Anais**. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/352.pdf>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

CAVALCANTI, Lucas de Souza Alves. **O papel da informação contábil no processo decisório dos tempos religiosos: um estudo de caso com a Igreja Presbiteriana do Bairro dos**

Estados - PB. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12366>. Acesso em 20 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução N.º 2009/001202, de 20 de novembro de 2015. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL que dispõe sobre a estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção. Disponível em: <<http://cfc.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social**. Brasília, CFC, 2008.

COSTA, Lorryne Layra Costa. **A Importância da Auditoria Interna nas Organizações: Diagnóstico versus Decisão**. 2016. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Doctum de Ensino, João Molevade, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2850>. Acesso em 07 de jul. 2023.

COSTA, Pedro Paulo Araújo Pereira. **O que são controles internos**. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379248/o-que-sao-controles-internos>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FARIA, Juliano Almeida de; REGO, André Lourenço da Silva. Transparência nas Entidades Religiosas: Um Estudo de Caso Sobre a Aplicação de Fatores que Contribuem Para a Transparência Financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. **Revista Teologia e Ciências da Religião da Unicap**, v. 4, n. 1, p. 267-300, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2237-907x.2014v4n1.p267-300>. Acesso em 07 de jul. 2023.

FERREIRA, Geovanna Rosa. **A Importância da Auditoria Interna Como Ferramenta de Gestão Para as Empresas**. 2014. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2014. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/A%20IMPORTNCIA%20DA%20AUDITORIA%20INTERNA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20GESTO%20PARA%20AS%20EMPRESAS.pdf>. Acesso em 07 de jul. 2023.

FLORÊNCIO, Débora Bezerra; MOTA, Renato Henrique Gurgel; SILVA, John Pablo Candido Dantas. **Accountability: um estudo acerca da prestação de contas em uma diocese do Rio Grande do Norte**. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5158>. Acesso em 07 de jul. 2023.

FORSTER, Rubens Peres. **Auditoria Contábil em Entidades do Terceiro Setor: Uma Aplicação da Lei Newcomb-Benford**. 2006. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5956>. Acesso em 07 de jul. 2023.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projetos de pesquisa**. 4ª ed. Editora Atlas. S.A., 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRAZZIOLLI, Airton et al. **Manual de Procedimentos Para o Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade Para Entidades de Interesse Social**. Brasília: FBC. 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JORGE, Fernanda dos Santos. **Fatores determinantes da Accountability no Terceiro Setor**. 2020. 115 f. Dissertação. (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/207272>. Acesso em 20 de jul. 2023.

LEITE, Emilly Lacerda; MELO, Jéssica Gomes; SILVA, Ademilson Reis da. A Auditoria Interna Como Ferramenta Para a Tomada de Decisões nas Organizações. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 13, n. 1, p. 20-30, 2021. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/251>. Acesso em 07 de jul. 2023.

LUTIF, Jorge Assef Junior. Auditoria Como Estratégia de Certificação de Transparência das Organizações Sem Fins Lucrativos. **Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 63-80, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/9>. Acesso em 07 de jul. 2023.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MODRO, Guilherme Mendonça et al. Procedimentos de auditoria interna como Auxílio à Organização do Terceiro Setor na Prevenção de erros e Fraudes sob a Perspectiva do Auditor Interno. In: 10º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE & 3º UFSC INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS, 09, 2020, Santa Catarina. **Anais**. Universidade Federal de

Santa Catarina – UFSC, 2020. Disponível em: <https://daankrug.github.io/ccn-ufsc-cdn/10CCF/index.htm?>. Acesso em 07 de jul. 2023.

MOLINA, Aparecida Daniely; BRAZ, Juliana Ribeiro. A Importância da Auditoria Interna na Gestão das Organizações. **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25405>. Acesso em 07 de jul. 2023.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

OLIVEIRA, Mariana Correa Martins. **A Importância da Auditoria Interna nos Processos Decisórios das Organizações**. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11227>. Acesso em 20 de jul. 2023.

PICCININI, Taís Amorim de Andrade. **Manual Prático de Direito Eclesiástico**. 2ª edição. São Paulo: Amar, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

QUEIROZ, Christina. Fé Pública: Pesquisadores locais e estrangeiros buscam compreender crescimento evangélico no Brasil, o maior do mundo. **Revista Pesquisa Fapesp**, edição 286, p. 12-19, 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/fe-publica/>. Acesso em 20 de jul. 2023.

SANTOS, Daiana da Silva Ramos dos. **Controle interno: contabilidade em uma entidade sem fins lucrativos**. Igreja Evangélica. 2022. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UFF – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/6027>. Acesso em 20 de jul. 2023.

SANTOS, Milena Rayane Lopes dos Santos; BASTOS, Rodrigo Vaz Gomes; BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva de Sá. Contribuição da Auditoria Externa para Transparência à Sociedade: Uma Análise da Percepção dos Gestores das Entidades sem Fins Lucrativos no Estado de Pernambuco. In: **XI CONUCIC – CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, 2017, Recife. XI CONUCIC - Congresso UFPE de Ciências Contábeis, 2017. Disponível em: <http://www.aeca1.org/xixcongressoaeca/cd/138j.pdf>. Acesso em 20 jul. 2023.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 1ª ed. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, Priscila et al. Práticas Contábeis Adotadas Por Entidades do Terceiro Setor: Uma análise Junto a Templos Religiosos de Pernambuco à Luz da ITG 2002. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 123-139, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em 20 de jul. 2023.

SLOMSKI, Valmor et al. **Contabilidade do terceiro setor**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, Leandro Miranda de. **Auditoria, Controles Internos e Compliance como ferramentas de transparência e combate à corrupção na Administração Pública**. 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade de Brasília, Anápolis, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26951>. Acesso em 20 de jul. 2023.

TAVARES, Maike Alan Campos; AZEVEDO, Tânia Cristina. Práticas de prestação de contas como instrumento de transparência no terceiro setor: um estudo de caso em uma organização religiosa católica baiana. In **XIX CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE**, 22, 2022, São Paulo: USP. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3594>. Acesso em: 30 de mai. 2023.

TEIXEIRA, Jesiane Paradelo Lemes et al. A Contabilidade nos templos religiosos. **Revista Cosmos Acadêmico**, v. 05, n. 2, p. 8-24, 2020. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/revista-cosmos-academico-v05-n02-completa.pdf>. Acesso em 07 de set. 2023.